

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 336/2015

RIO, MOMENTOS E ANTIMOMENTOS NOS 450 ANOS

Os franceses de Villegaignon criaram o primeiro momento de esplendor do Rio, reconhecendo a estupenda beleza e a amenidade da Guanabara, própria para estabelecer a França Antártica, um excelente ponto de comércio marítimo com o Oriente, depois escolhido pelos calvinistas para ser uma cidade religiosa nos trópicos, em boa amizade com os Tamoios.

Os portugueses, senhores da melhor tecnologia do tempo e donos desta parte do mundo pela Lei do Papa, só dez anos depois expulsaram definitivamente os franceses, e fundaram aqui a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565.

O segundo momento de esplendor deu-se somente duzentos anos depois, em 1763, quando o Rio, que era o porto de escoamento do ouro das Minas Gerais desde o Caminho Novo, exigindo uma atenção toda especial da Metrópole, foi feito Capital da Colônia, roubando esta condição de São Salvador da Bahia. Foi nesta condição que passou por um antimomento, em 21 de abril de 1792, com o enforcamento de Tiradentes, nosso herói, sonhador da liberdade.

O sonho de Tiradentes começou a se realizar em 1808, quando aqui chegou, para ficar doze anos, a família real, e a Cidade passou a ser a sede do Reino, grande momento de esplendor. Pouco depois, em setembro de 1822, em outro momento ainda maior, o Brasil se torna nação independente e o Rio é a Capital do Império.

A glória retumbou novamente na Cidade em maio de 1888, quando a Princesa sancionou a Lei Áurea e o Rio se fez todo uma festa de comemoração e congraçamento. No ano seguinte, em novembro, foi sede do golpe militar da República, que não chegou a ser esplendoroso.

Voltou a ter um momento brilhante, talvez o mais impactante, vinte anos depois, em 1910, com a inauguração das obras da grande remodelação do Prefeito Pereira Passos, quando o Brasil todo conheceu o Rio parisiense, com a Avenida Central, a Avenida Beira-Mar, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes com o seu museu, e o esplendor das confeitarias da elite. E mais, ainda, todo o extenso cais do porto, construído numa engenharia impecável em benefício da principal atividade e vocação da Cidade, um imenso aterro que retificou a orla e abriu a Avenida Rodrigues Alves, o grande Presidente do momento.

O aterro do Porto foi feito com a arrasamento do Morro do Senado e de parte do Morro do Castelo, tendo este ainda conservado as relíquias da fundação, os muros da fortaleza, a Sé da Cidade, a igreja de São Sebastião, e o colégio dos jesuítas. Em 1921, entretanto, sob a ventania da modernidade, decidiu-se acabar com as velharias inúteis e tirar aquele morro que atravancava o centro do Rio. As relíquias históricas desapareceram para sempre naquele segundo e definitivo arrasamento, que criou a Esplanada do Castelo e destruiu a certidão de nascimento da nossa Cidade. Para mim, foi um antimomento.

Mais vinte anos, em 1930, o Rio foi sede do poder revolucionário de Getúlio Vargas, que veio para implantar o verdadeiro Estado Republicano no Brasil, e daqui, da Capital, emanaram todos os atos que regulamentaram o serviço público, as eleições democráticas por voto secreto, a nomeação dos juízes por concurso, a criação dos institutos do café e do açúcar, depois toda a consolidação dos direitos dos trabalhadores, e mais tarde a criação da Vale do Rio Doce, e da Fábrica Nacional de Motores, o início do desenvolvimentismo brasileiro. De 1931 a 1936, o Prefeito do Rio foi Pedro Ernesto, o grande socialista que criou todo o sistema de atendimento de saúde da Cidade e aperfeiçoou todo o sistema de educação, com o seu competente secretário Anísio Teixeira.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturninobraga@saturninobraga.com.br
www.saturninobraga.com.br

CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga

Artigo nº 336/2015

Em fins de 1945, um novo momento, houve a primeira eleição verdadeiramente democrática no Brasil, e em 1946 instalou-se no Rio a Assembléia Constituinte que elaborou nossa terceira Constituição, aquela que finalmente caracterizou a vigência do Estado de Direito no Brasil.

Em 1950, Getúlio Vargas voltou ao Rio como Presidente eleito pelo povo e em 1954 o Rio teve outro momento histórico, como sede da Petrobras, a grande criação do desenvolvimentismo de Vargas, hoje a maior empresa da América Latina. Mais para o fim do mesmo ano, o antimomento trágico: o suicídio de Vargas para evitar a deposição pelo golpe. Ficou para sempre o documento vigoroso, histórico, a Carta Testamento, texto básico do nacionalismo brasileiro

Em 1960 houve a festa nacional do apogeu do desenvolvimentismo, com o Presidente Juscelino Kubitschek que inaugurou Brasília, a nova Capital no Planalto Central, símbolo e orgulho do progresso do País e da ocupação efetiva do seu território central. Entretanto, para o Rio, a festa nacional foi um antimomento, a perda da sua condição de Capital, de sede do governo, de centro político do Brasil.

Este antimomento não foi sentido imediatamente porque a inteligência carioca criou a cidade-estado da Guanabara, que reteve as receitas estaduais e possibilitou a realização de obras importantíssimas, nos governos de Carlos Lacerda e Negrão de Lima, a estação de tratamento da água do Guandu, os dois grandes túneis de ligação entre as zonas norte e sul da Cidade, o belo parque do Aterro do Flamengo e, finalmente, o metrô, o sistema de transporte essencial que há muito faltava. A solução que beneficiava o Rio prejudicava entretanto enormemente o Estado do Rio, cuja população residente na periferia trabalhava na Cidade, gerava as receitas do ICM que ficavam na Guanabara, mas tinha de ser atendida nos serviços públicos pelo Estado do Rio e pelos pobres municípios do entorno. Quando a injustiça foi corrigida, com a Fusão em 1974, o antimomento da criação de Brasília se manifestou plenamente e a Cidade, como município, foi condenada à insolvência. Antes disso, porém, o Rio foi palco de outro grave antimomento, local e principalmente nacional: o Golpe Militar que suspendeu a democracia no Brasil por vinte anos.

Em 1985, logo após a reabertura democrática, o Rio ganhou sua autonomia, elegendo pela primeira vez o seu Prefeito pelo voto direto do povo. A este momento importante seguiu-se, em 1988, o antimomento da falência da Cidade, causada pelo esvaziamento contínuo da sua economia desde a mudança da Capital em 60, pela reforma tributária de 1966 que esvaziou as receitas municipais em geral, e pela ação desatinada do Banco Central proibindo a rolagem da dívida do Rio de um dia para o outro sem nenhum aviso, mostrando um propósito de provocar essa falência. No ano seguinte, 89, entrou em vigor a Constituição de 88, que restabeleceu as receitas municipais em geral e tornou a Cidade novamente viável nas suas finanças.

A situação econômica, porém, continuou fraca até o início do século XXI, quando o Rio ingressa num período de restauração da sua economia, com a implantação de megaprojetos revitalizadores, como o Complexo petroquímico de Itaboraí (Comperj), a rodovia que faz o arco de contorno do fundo da Baía e interliga todas as estradas federais do Rio com o porto de Itaguaí, o desenvolvimento deste porto com a nova siderúrgica (CSA) e a descoberta das grandes reservas de petróleo do pré-sal.

A este grande impulso, soma-se a escolha do Rio para sediar as Olimpíadas de 2016 e, com auxílio federal, todo um enorme conjunto de obras se executa para remodelar a Cidade, especialmente nas suas históricas áreas central e portuária, com perspectiva de se constituir uma reforma da importância e da beleza daquela executada cem anos antes, e de fazer o seu prefeito, Eduardo Paes, uma referência equivalente à de Pereira Passos.

Os 450 anos foram, então, um marco histórico digno de grandes festejos para os cariocas, uma efeméride a ser comemorada com alegria nos próximos anos, com um merecido parabéns ao seu povo e ao seu Prefeito.

Roberto Saturnino Braga

Contatos: saturninobraga@saturninobraga.com.br
www.saturninobraga.com.br